

VIGILÂNCIA E REPRESSÃO DO DOPS-PE CONTRA AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO BAIRRO DE CASA AMARELA E ADJACÊNCIAS (1955-1964)

Geane Bezerra Cavalcanti
Graduando em História – UFRPE
Bolsista PI /CNPQ

RESUMO: Este artigo tem por finalidade revelar os estudos sobre as intervenções do DOPS-PE sobre as associações de moradores do bairro de Casa Amarela e comunidades circunvizinhas. Justifica-se pela força, resistência e importância, que estas organizações tiveram para a história recente da cidade do Recife. Tomamos como aporte teórico Montenegro (2010), Maria da Glória Gonh (2004) e Ilse Scherer-Warren (1996). Como metodologia utilizou-se jornais de grande circulação em Pernambuco, bem como os apreendidos pelo DOPS-PE, além das informações referentes às associações de moradores de Casa Amarela, os inquéritos contra moradores, os documentos administrativos e os relatórios da polícia.

PALAVRAS-CHAVE: DOPS-PE; Associações de Moradores; Ditadura Militar.

ABSTRACT: This article is to reveal the studies on the operations of DOPS-PE on residents' associations of the district of Casa Amarela and surrounding communities. It is justified by the strength, resistance and importance that these organizations have had in the recent history of the city of Recife. We take as the theoretical Montenegro (2010), Maria da Gloria Gonh (2004) and Ilse Scherer-Warren (1996). As the methodology we used large circulation newspapers in Pernambuco, as well as apprehended by DOPS-PE, in addition to the information regarding the associations of the residents of Casa Amarela, the investigations against residents, administrative documents and police reports.

KEY-WORDS: DOPS-PE; Neighborhood Associations; Military Dictatorship.

Introdução

Quando estudamos a história de algum povo muitas vezes nos deparamos com algumas revoltas e revoluções, quando pensamos nisso esperamos encontrar momentos tensos em que armas são utilizadas. Porém, não necessariamente as revoluções têm que ser armadas. A maioria delas vão surgir através da insatisfação de alguns grupos da sociedade que iram se organizar e promove-las.

Na metade do século XX eram as comunidades carentes do Recife que estavam insatisfeitas com a situação que lhes estavam sendo impostas. Esquecidas nos morros e córregos da cidade, sem nenhuma estrutura urbana, sentiam a falta de quase tudo. Através

desta insatisfação e contando com o apoio de algumas correntes políticas, este povo promoveu sua “revolução” sem utilizar nenhuma arma. Lutavam para serem vistos pelos órgãos públicos, brigavam por melhorias estruturais nos seus bairros e, conseqüentemente, por melhores condições de vida. Queriam um espaço na política da cidade e lutava, acima de tudo, pela sua cidadania.

As associações de moradores do Recife representam a união e a luta popular pela cidadania de um povo até então escondido que queriam ser vistos pelos órgãos públicos. Este é um momento recente e rico da história da cidade, ainda pouco estudado, mas com uma grande importância no que diz respeito sobre a formação da capital no século XX. Este é um fato importante na micro-história do Recife que cresceu de forma rápida e desordenada no século passado.

Para melhor compreender e desvendar este acontecimento histórico foi tomado por embasamento à proposta de Montenegro, citando Deleuze, Veyne e Foucault, quando afirma que o fazer histórico é construído a partir de comparações, ligações, traçando caminhos, tecendo os fios que as diferentes fontes históricas fornecem ao historiador, “rachando as palavras” e extraindo delas novas interpretações.

Dessa maneira, a análise histórica tem como foco primordial as relações, os percursos, as práticas, porque através dos seus estudos é que se poderão construir outras formas de compreensão, que desnaturalizem a relação ou a representação que procurava associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra (MONTENEGRO, 2010: 31).

Várias são as teorias e correntes que discutem sobre como se formam os movimentos sociais e por quais motivos. Fazendo uma análise de cada uma chegamos à conclusão que este fenômeno surge por uma série de fatores como a inquietação social, assim como períodos de incerteza, de impulsos reprimidos e mal-estar que impulsionam estas organizações. Sempre quando há uma inquietação e insatisfação social a mudança se torna quase inevitável. Quando hábitos e costumes antes utilizados para resolverem os problemas do povo não funcionam mais, significa que o sistema de controle social está se desintegrando. Assim como anos afio de marginalização e opressão pode ser o estopim para a explosão de vários movimentos sociais.

Para Lojkin os chamados movimentos sociais urbanos têm “*a possibilidade de contestar, diretamente, não só o poder econômico da classe dominante, mas também o modo de reprodução do conjunto da formação social*” (GONH, 2004: 29).

Segundo Gonh, Eric Hobsbawm analisa, a partir de um estudo histórico, que a formação de associações foi à alternativa encontrada por trabalhadores para melhor discutir seus interesses e direitos de uma forma democrática.

Os pesquisadores dos movimentos sociais urbanos no Brasil vão nos dizer que os movimentos que surgiram no país são manifestações das classes populares partem de bairros, são heterogêneos, surgem devido às contradições urbanas e são contra o Estado. Gonh, afirma que os movimentos sociais urbanos não são apenas criados pelas camadas populares e que os movimentos composto por esta parcela da população não é homogêneo. Ela ainda revela que *“em suma, os movimentos populares urbanos comportam projetos político-ideológicos e culturais diferenciados segundo a articulação de forças que contêm”* (GONH, 1991: 35). Estas articulações seriam com o Estado, a igreja e os partidos políticos.

Gonh afirmar que todos os movimentos sociais urbanos do Brasil possuem uma ligação partidária, mesmo que esta não seja explícita. Ela se faz via liderança o que causa um processo de luta interna no movimento para conseguir o controle. Este controle é procurado pelas diferentes correntes partidárias presentes no movimento.

Um dos movimentos mais presentes aqui no Brasil são os movimentos de bairros. Gonh comenta que os movimentos de bairros são *“intimamente ligado às associações de moradores da fase populista”*, estas organizações, também denominadas de Sociedade dos Amigos do Bairro- SABs eram ligadas a alguns políticos no qual se procurava conseguir votos para ele e conseqüentemente este político deveria trabalhar para a realização de melhorias do bairro. Com o golpe de 1964 as SABs perdem o poder de barganha com os políticos e passam a trabalhar com ações assistencialistas (GONH, 1991: 53).

Por surgirem de uma insatisfação social, ser de cunho reivindicatório que atingiam o interesse do governo e das classes dominantes, estas organizações sociais foram acompanhadas de perto pelas autoridades. Isto ocorreu no Brasil através do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS. Este órgão foi durante anos o responsável por vigiar, controlar e reprimir os diversos tipos de movimentos que surgiram e se fortaleceram no país durante o século XX. Esta vigilância foi uma maneira de disciplinar o cidadão encontrada pelo Estado para que este não viesse interferir nos seus interesses nem nos interesses de quem ele representava. Foucault descreve muito bem este sistema de disciplina e vigilância

Mas o olhar disciplinar teve, de fato, necessidade de escala. Melhor que o círculo, a pirâmide podia atender duas exigências: ser bastante completa para formar uma rede sem lacuna - possibilidade em consequência de multiplicar seus degraus, e de espalhá-los sobre toda a superfície a controlar; e entretanto ser bastante discreta para não pesar como uma massa inerte sobre a atividade e

disciplinar como uma função que lhe aumenta os efeitos possíveis. É preciso decompor suas instancias, mas para aumentar sua função produtora. Especificar a vigilância e torná-la funcional (Foucault, 2010: 168).

As Associações de Bairros de Casa Amarela e Adjacências

Antes de 1955, quando começam a surgir às primeiras associações de bairro de cunho reivindicativo promovidas pelo incentivo do prefeito do Recife Pélpidas Silveira, já existiam alguns movimentos de bairros, como as Ligas de defesa da constituição e células comunistas em algumas localidades do Recife.

As Ligas de defesa da constituição tinham por objetivo esclarecer os moradores dos bairros sobre o que estava escrito nas constituições federal e estadual e colocar em prática os direitos assegurados por elas, como a de reivindicar, realizar manifestações públicas e greves. Através de documentos do DOPS-PE¹ percebe-se a existência dessas ligas no ano de 1947 em vários bairros da cidade, como: Casa Amarela, Caxangá, Beberibe, Apipucos, Água Fria e Afogados. Estas ligas estavam ligadas ao Partido Comunista Brasileiro - PCB e realizavam comícios políticos nos seus bairros. Esta organização também elaborou um panfleto com as suas propostas políticas para o Recife. Dentre elas estavam: melhorias na infraestrutura dos bairros, no sistema de transporte, ampliação na educação infantil e cursos técnicos, programas contra o analfabetismo, incentivos para pequenas empresas, criações de feiras livres, desapropriação de terras, entre outras.

Além das Ligas também existiam várias células comunistas espalhadas pelos bairros do Recife na década de 1940. Estas células possuíam sedes onde realizavam reuniões com os seus membros. Nos arquivos do DOPS-PE constam atas de presença de reuniões e os discursos empregados nelas, que era baseado na defesa do comunismo e na união popular. Estas células eram perseguidas pela polícia, em algumas reuniões os seus líderes disseram que sofriam perseguições e que já tinham sido torturados². Várias células, como a do Brejo, bairro das intermediações de Casa Amarela, foram desativadas. Localizada na Estrada do Brejo. N° 512, em 22 de maio de 1947 esta célula foi interdita pela polícia da Delegacia da Ordem Política, Econômica e Social, tendo seus bens apreendidos. Outras células tiveram o

¹ Departamento de Ordem Política e Social – DOPS. Seu objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime que estava no poder. Existia em todos os estados brasileiros, o DOPS pesquisado neste artigo foi o de Pernambuco.

² Célula Comunista de Beberibe. Fundo SSP N° 4623. DOPS-PE.

mesmo fim, com a extinção do Partido Comunista do Brasil em 9 de maio de 1947, muitas células foram interditadas e tiveram seus materiais apreendidos.

As associações de bairro surgem em Recife no período de redemocratização do pós-45, incentivadas principalmente por correntes político-partidárias de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro- PCB, e pela prefeitura do Recife. Foi durante a administração de Pelópidas Silveira, a partir de 1955, que surgiram à maioria das associações de bairro do Recife, incentivadas pelo prefeito. Estas associações possuíam um objetivo bastante claro: ajudar a prefeitura na administração da cidade, canalizando melhor as necessidades da população, como diz Jaccoud, 1990.

Inspiradas na experiência que se consolidava em São Paulo e sentindo a necessidade da organização popular como forma mais adequada para canalizar as reivindicações e aspirações da população com relação às ações da prefeitura, as forças políticas que atuaram na campanha de Pelópidas procuraram incentivar sua formação (JACCOUD, 1990: 85).

As associações se proliferaram principalmente nos bairros carentes, incentivadas pela prefeitura populista de Pelópidas Silveira, elas serviam de ligação entre o povo e a prefeitura. Pelópidas levava as reivindicações dos populares para a prefeitura em forma de baixo assinados, memorandos, organizando comissões de moradores ou colocando-as nos debates ou audiências, porém nem sempre de forma positivas. (JACCOUD, 1990: 26) As associações serviam também de comitês para Pelópidas, elas se expandiram rapidamente no Recife, principalmente nos bairros carentes da zona norte, estas associações tinham o papel de organizar suas reivindicações e encaminhá-las para a prefeitura. Além dos comitês de bairros também formaram-se comitês femininos e de estudantes Pró-Pelópidas Silveira. Com os comitês Pelópidas vence as eleições e se torna prefeito do Recife.

As associações de moradores sempre estiveram ligadas a política, também não poderia ser diferente já que era através deste canal que suas reivindicações poderiam ser ouvidas e atendidas. Comumente as associações apoiavam determinados políticos e os ajudavam a se eleger, como a eleição de Miguel Arraes em 1959 para a prefeitura do Recife. A eleição de Arraes representou a continuidade do governo de Pelópidas para as associações, tanto na parte política local como nas relações entre ambas. (JACCOUD, 1990: 27)

Porém, as associações não surgem apenas com o incentivo político, mas sim das reais necessidades que os moradores dos bairros suburbanos possuíam. As suas reivindicações eram principalmente melhorias na infraestrutura urbana, como saneamento

básico, iluminação pública, escolas, creches, postos de saúde, etc. Porém a maior luta era a posse da terra invadida, causadora de tensões entre os populares e a prefeitura.

As associações não reivindicavam apenas melhorias urbanas, queriam também uma participação maior na vida política do Estado.

Participando cada vez mais das lutas populares que se apresentavam na cena política de Pernambuco, as associações de bairro ultrapassaram os limites da representação dos moradores por melhores condições de vida e procuraram inserir-se num contexto maior de busca de ampliações do espaço político de atuação das populações carentes do Recife (JACCOUD, 1990:91).

Em todo Recife o que se via eram associações bastante atuantes, mesmo algumas recém-formadas já realizavam reuniões com os moradores para discutir os problemas do bairro e fazer suas reivindicações junto à prefeitura, através de abaixo-assinados e reuniões com o prefeito. A maioria das reivindicações, principalmente das comunidades de Casa Amarela: Vasco da Gama, Brejo, Alto Santa Isabel, Córrego da areia etc., eram transporte público, iluminação urbana e fornecimento de água.

Em muitos casos as associações tiveram suas reivindicações atendidas, o que mostra a força popular quando organizada, unida e bem estruturada, como no bairro do Pina. O jornal Folha do Povo de 21-02-1958 destaca as obras estruturais realizadas no bairro e a inauguração de uma escola, reivindicação dos moradores. A sua inauguração contou com a presença do prefeito do Recife Pelópidas Silveira e dos deputados estaduais Miguel Arras e Francisco Julião, estes considerados comunistas pela polícia.

Outras associações também conseguiram êxito, em alguns casos a população do bairro, através da associação de moradores, trabalhava em parceria com a prefeitura do Recife. O governo municipal disponibilizava material e equipamentos para a população fazer as melhorias no bairro com as suas próprias mãos. O jornal Diário de Pernambuco de 23 de fevereiro de 1964 noticia que práticas como estas estavam ocorrendo no bairro da Estância e na comunidade da Ilha Santa Terezinha.

Em janeiro de 1963, com a influência do PCB, é criada a Federação das Associações de Bairros do Estado de Pernambuco- FABEP. Fundada inicialmente por 34 associações, representava o papel político das associações, servindo como órgão de articulação política, estando presente nos momentos de mobilização política de Pernambuco nos anos de 1963 e 1964. Os objetivos dessa federação eram muito mais amplos que melhorias infraestruturais nos bairros, reivindicavam também ações de interesse nacional, como

reforma agrária e urbana, a defesa da indústria nacional, saúde, educação, habitação etc. (JACCOUD, 1990:31)

A FABEP desempenhou um papel importante na organização e mobilização das associações de bairros. Sempre calcando a ampliação da participação popular na política do Estado, articulava-se com movimentos e partidos políticos, como o projeto democrático-reformista elaborado pelo PCB e pela Frente do Recife³, reivindicava maior participação e defesa desse projeto. Em 28 de novembro de 1963, organiza no Recife o 1º Encontro das Associações de Bairro do Estado de Pernambuco, com o intuito de discutir ação de interesse popular como melhorias na infraestrutura urbana, (JACCOUD, 1990:35). A FABEP também representava a legitimação da democracia em Pernambuco por promover a participação popular na vida política do estado.

Porém, antes mesmo da década de 1960, Casa Amarela já possuía uma organização social, era a Sociedade Beneficente Mista de Casa Amarela, fundada em 1930. Atuava na assistência aos associados e seus familiares em caso de enfermidade ou morte. Chegou a possuir mais de 600 membros.

A partir da década de 1960 e principalmente 1970, acompanhando o crescimento desordenado da cidade do Recife, crescem cada vez mais o número de associações e conselhos de moradores nos bairros. Com o crescimento desordenado a população carente passa por muitas dificuldades, tendo que viver em localidades sem nenhuma infraestrutura e condições de moradia. Isto facilitou o trabalho do PCB e da prefeitura do Recife de organizar as associações de bairro. Em Casa Amarela não foi diferente, suas associações surgiram influenciadas por estas lideranças política.

A Ação do DOPS-PE Contra as Associações de Moradores

Antes mesmo do golpe de maio de 1964, as associações de moradores já eram vigiadas de perto pela DOPS-PE. Encontramos nos seus arquivos, fotos, documentos, recortes de jornais e relatórios sobre pessoas engajadas com as associações de moradores e atividades desenvolvidas por estas entidades. Um desses recortes de jornais refere-se aos festejos realizado pela associação de moradores do Córrego do Euclides para comemorar seu segundo aniversário em 6 de julho de 1958. Dentre a programação está à participação

³ Coligação formada pelo PCB, PSB e PTB para enfrentar as eleições que sucederam em Pernambuco a partir de 1955, formava a esquerda de Pernambuco. (JACCOUD, 1990, p. 86)

do então prefeito do Recife Pelópidas Silveira e outros políticos de esquerda. Isto revela a aproximação política entre a Frente do Recife e as associações de moradores⁴.

As associações já eram vistas como grupos de cunho comunista e subversivo pelo DOPS desde 1956. Apesar de políticos como Miguel Arraes e Jarbas Maranhão afirmarem que elas não possuíam um caráter político-partidário e elogiarem suas ações por incentivar a participação popular nas causas públicas, ainda sim as associações foram consideradas de cunho comunistas, remanescentes das extintas células, isto porque também havia políticos que acusavam as associações de serem político-partidárias e ligadas ao socialismo. Encontramos assim duas divergências políticas sobre as associações, sendo que várias delas foram rotuladas de comunistas, como a Sociedade dos Amigos do Alto do Pascoal acusada de ser um antro comunista.

Dentre os dois discursos sobre as associações de moradores, a que dizia que elas eram remanescentes das células comunistas, e por isso político-partidária e esquerdista, predominavam na mídia impressa principalmente nos jornais Diário de Pernambuco, Folha da Manhã e Jornal do Comércio, como revelam os recortes de jornais abaixo.

Por serem consideradas de cunho extremista e subversivo eram acusadas de serem ilegais e por isso políticos pediam o seu fim ainda em 1956. O jornal Folha do povo faz essa acusação e defende o fortalecimento das associações⁵. Os dois discursos promovidos pelos jornais Folha Do Povo, Diário de Pernambuco e Jornal do Comercio revelam duas linhas políticas defendidas pelos mesmos, o primeiro mais próximo aos interesses do povo e mais compreensível com suas angústias, já os dois últimos claramente contrários a mobilização popular e sua busca por melhores condições de vida e participação política, acusando as associações de comunistas e por isso as considerando perigosas, subversivas e defendendo, de forma indireta, a opressão policial e extinção delas.

A crescente participação das associações na esfera municipal também foi outro fator para que a oposição pedisse sua extinção. Alguns vereadores defendiam limitar suas atividades, como colocar um número máximo de associações e exigirem que seus presidentes fossem os vereadores dos bairros. Porém, a prefeitura continuou não interferindo nas associações e estas continuaram trabalhando democraticamente. Mas, o governo do estado, que não enxergava com bons olhos estas organizações de cunho popular, exerceu uma forte repressão sobre as associações, “com invasões de suas sedes,

⁴ Diário de Pernambuco e Folha do Povo, em 6 de julho de 1968.

⁵ Folha do Povo 19-03-1956. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29.595.

detenções de lideranças populares e cerceamento de suas manifestações” (JACCOUD, 1990: 91).

Os presidentes das associações de bairro defenderam a continuidade desses órgãos, eles alegavam que estavam exercendo seus direitos assegurados por lei, como fazerem reuniões para discussões dos problemas dos bairros. Estes também afirmavam que não contavam com a ajuda de nenhum vereador ou outros políticos, que eram independentes e que por isso a câmara não podia fazer nada contra as associações⁶.

Várias solicitações de investigação contra as associações são expeditos, relatórios de agentes do DOPS relatam não terem dúvidas do caráter subversivo das mesmas, apontando ligações com o PCB e de sua ilegalidade.

No registro da Associação de Defesa dos Moradores do Pina, encontrado no arquivo do DOPS-PE, datado em 1961, está a relação dos componentes de sua direção, o mesmo documento também aponta algumas pessoas que fazem parte da direção de manterem ligações com elementos comunistas. Outro documento que faz referência a Associação de Defesa dos Proprietários e Moradores da Mangabeira, datado em 1956, também aponta esta organização como sendo de cunho comunista.

Com o intuito de desmontar as organizações sociais de cunho reivindicatórios, a ação dos militares foi rápida contra estas organizações. Com isso o Regime Militar se livrava das pressões populares e da oposição por participação política e no planejamento econômico e social do Estado. Além disso

O processo de desmobilização visava atingir a capacidade de organização dos movimentos sociais no que diz respeito as suas reivindicações econômicas, possibilitando a consolidação do novo modelo econômico que se instaurou junto com o governo revolucionário (JACCOUD, 1990:144).

A ação militar contra os movimentos populares não ocorreu de forma homogênea, apesar de o regime extinguir as ligas camponesas e as associações de moradores. Os dois movimentos seguiam linhas diferentes, porém, ambos não faziam parte do projeto que o regime queria implantar no país. No caso das associações de moradores, estas tinham por objetivo reivindicar uma maior participação popular na vida política, suas ações estavam fundadas na participação democrática, diferentemente das ligas camponesas que procurava seguir um caminho do socialismo (JACCOUD, 1990:41). Mesmo assim, gerou-se uma série de atritos entre os militares e estes movimentos populares.

⁶ Folha do Povo 18-03-1956. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 7050.

O DOPS acusa vários líderes das associações de moradores de serem comunistas. Tanto que alguns deles chegam a ser presos pela polícia. Em 1958 o presidente da associação de moradores do bairro da Mustardinha foi preso, arrancado dentro da sua própria casa na Rua da Aurora⁷. O mesmo ocorreu com o secretário da associação do bairro do Pina um ano antes⁸.

Vários relatórios escritos por comissários do DOPS-PE acusam membros das associações de bairro de terem ligações com comunistas ou de serem comunistas. Como se encontra em um documento de 1962 em que apontam como sendo comunistas os novos diretores da associação do bairro do Engenho do Meio. Já em 1964, o DOPS apreende o material da Associação do Bairro de Coqueiral Mista Beneficente⁹.

O que chama mais atenção é o conflito entre as associações de bairro e a polícia no que diz respeito à posse da terra. Com inúmeras famílias sendo expulsas de seu lugar de origem, na maioria favelas, e várias vindas do interior do estado em busca de melhores condições de vida, sem planejamento urbano e programas públicos habitacionais, famílias inteiras passam a invadir terrenos e formar pequenas comunidades. Estas comunidades contam com a associação dos seus bairros para reivindicar a prefeitura melhorias estruturais e a permanência no local.

A ilegal permanência no terreno gerava uma série de atritos entre os moradores destas comunidades e os supostos donos da terra invadida. Como revela uma denúncia feita pela Federação das Associações de Bairro do Estado de Pernambuco, em 28 de agosto de 1963 a polícia, a denúncia diz respeito ao o que ocorreu com a Associação dos Amigos da Palmeira. Diz o relatório que policiais fortemente armados percorreram a comunidade as altas horas da noite em busca da casa do presidente da associação de moradores e agiram com violência contra os habitantes do local. Porém moradores revelam que o comissário que liderava a ação sabia muito bem onde era a casa do líder comunitário e que estaria agindo desta forma para intimidar os moradores que reivindicavam o terreno. Segundo os moradores os policiais estavam trabalhando para a firma Mendes Lima S/A que se dizia proprietária da terra, estes policiais teriam prendido os diretores da associação e os acusaram de roubo sem prova alguma. Os moradores então pediram o afastamento do comissário que liderou a ação, porém este protegido por um vereador do recife não foi

⁷ Folha do Povo, 03-06-1958. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29.595.

⁸ Folha do Povo, 19-09-1957. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29.595.

⁹ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29.595.

afastado¹⁰. Outras associações se solidarizaram com a comunidade do Sítio da Palmeira e pediram providências contra a firma Mendes Lima S/A.

Casos como estes revelam o descaso público com a habitação e a população de baixa renda do Recife assim como a falta de estrutura da cidade para assentar a crescente população urbana. Apesar de manterem ligações com alguns políticos a vida das associações não era fácil, tinham que lutar muito pelas suas reivindicações, enfrentavam a polícia, que sempre esteve do lado das elites, ordens de despejos eram constantes em diversos bairros. Mesmo muitos supostos proprietários do terreno não mostrando um documento sequer que comprovasse que as terras eram realmente suas a polícia sempre os atendiam. Ações como estas mostram que a polícia e a maior parte dos políticos estavam em volta das elites, defendendo os seus interesses.

As ocupações dos terrenos eram acompanhadas de perto pela polícia, como a ocupação do bairro do Totó no Recife. Seu povoamento e crescimento foram descrito pelo subcomissário de polícia Severino Dias Pereira, que em 1959 acompanhou de perto a ocupação. Diz seu relatório que a região era um terreno habitado por poucos camponeses que lá desenvolviam suas atividades agrícolas, daí então foi fundada a Associação Camponesa sob a orientação do deputado Francisco Julião, os que se associavam a instituição tinham o direito a uma parte do terreno para construir suas casas, a partir disto a região passou a ser rapidamente povoada, a associação chegou a ter mais de mil sócios. Esta associação foi acusada de ser uma célula comunista perigosa, pois além de contar com o apoio do deputado Francisco Julião também contava com o apoio de Gregório Bezerra e outras pessoas consideradas comunistas. O comissário escreveu outros relatórios sobre a ocupação da área, dizia que cada vez mais famílias chegavam ao local e construíam seus casebres e que a ocupação ocorria tranquilamente sem grandes incidentes devido à presença policial. Relata também um comício que contou com a presença de Miguel Arraes, em seu discurso este teria dito que o que impedia o crescimento do país era os “trusts” americanos, os latifundiários e o medo do povo se unir contra esta situação¹¹.

Com o golpe de 1964 as associações foram fortemente combatidas pelo regime que se implantava, muitos líderes comunitários foram presos e espancados, sedes das associações foram invadidas, metralhadas, tiveram seus materiais apreendidos e foram fechadas. A ação rápida e violenta dos militares fez com que as associações de moradores

¹⁰ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29.595.

¹¹ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 28.680.

praticamente desaparecessem, restando muito poucas, apenas aquelas que demonstraram apoio ao regime sobreviveram e tiveram suas reivindicações atendidas.

Considerações Finais

Com o apoio de alguns partidos políticos, em especial a Frente do Recife, as associações de moradores começam a surgir a partir de 1955. Através da conscientização de que apenas com a união, organização e mobilização popular as comunidades carentes do Recife conseguiriam ser ouvidas pelas autoridades públicas. Formam-se várias associações em diversos bairros da cidade.

Apesar da influência e importância que alguns políticos, como Pelópidas Silveira, tiveram na criação e organização das associações de moradores não podemos considerá-los o principal motivo que levou as comunidades carentes a se unir e discutir seus problemas e exigir dos órgãos públicos melhorias para seus bairros. Acima de tudo, as associações surgem devido a uma necessidade do povo que vivia em condições precárias, jogadas nos morros da cidade, são as dificuldades enfrentadas no dia a dia e o sentimento de exclusão que iram unir os marginalizados em prol de sua cidadania e dignidade. Tanto que surgem várias associações espontaneamente, sem qualquer participação de partidos ou de políticos.

As associações de bairro mostraram sua força conseguindo, ainda com dificuldades, que suas reivindicações fossem atendidas e pouco a pouco foram adentrando cada vez mais na vida política da cidade do Recife. Logo, passaram a ser vistas e fizeram com que os moradores dos bairros suburbanos adquirissem uma nova identidade, de marginalizados a cidadãos recifenses.

Porém, nem todos viam com bons olhos o trabalho desenvolvido pelas associações de moradores junto à prefeitura. A ligação que alguns políticos e outros indivíduos considerados comunistas possuíam com elas foi o bastante para as associações serem consideradas subversivas e ilegais, ao ponto de opositoros do então prefeito do Recife em 1956, Pelópidas Silveira, pedir sua extinção.

Elas estiveram na mira do DOPS antes e durante o Regime Militar, sendo vigiadas e recebendo denúncias de serem remanescente das antigas células comunistas e verdadeiro antro vermelho. Mas, seria o fato das associações manterem ligações com políticos considerados comunistas o motivo para tantas perseguições políticas e policiais, que chegaram a prender líderes comunitários sem um motivo que justificasse tal ato? O fato é

que as associações incomodavam e este incômodo não era causado apenas pelo “medo comunista” que se instalará no país. Maior que isso era o medo das elites ao verem a mobilização das massas, tanto no campo quanto nas cidades. A crescente participação popular, de uma maneira limpa e democrática, era o que as elites temiam, pois enxergavam perdas políticas e sociais para si. Muitos políticos através dos militares trabalhavam para manter a “ordem nacional”, que se baseava em o rico mandando e o pobre baixando a cabeça para seus interesses. Esta era a ordem nacional que o regime político militar queria preservar e que estava ameaçada pelos movimentos sociais que agitavam Pernambuco e o Brasil na década de 1960.

Referências Bibliográficas

Diário de Pernambuco. *A paisagem sombria do Estado, teatro da agitação organizada*. 10 de abril de 1963, Recife-PE.

Diário de Pernambuco. *Moradores dos bairros constroem melhoramentos públicos*. 23 de fevereiro de 1964, Recife-PE.

FREIRE, Eliana Oliveira de Lima. *UMA HISTÓRIA SOCIAL DO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR DE CASA AMARELA - RECIFE-PE 1964-1985*. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/21288045/Uma-Histria-Social-do-Movimento-de-Resistencia-Ditadura-Militar>. Acesso em: 22/10/2011.

GASPARE, Elio. *A Ditadura Escancarada*. Ed: Campanha das Letras. São Paulo-SP, 2002.

GONH, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia*. Ed: Loyola. São Paulo, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias Dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 4ª edição. São Paulo: Ed: Edições Loyola, 2004.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968*. Ed: Mssangana. Recife, 1990.

MARIE-PAULE; CAIRE-JABINET. *Introdução à Historiografia*. Ed: Edusc. Barueri-SP, 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. Ed: Contexto. São Paulo, 2010.

SCHERER-WARREN Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª edição. Ed: Edições Loyola. São Paulo, 1996.

SILVA, Marcília Gama. *Informação, Repressão e Memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 2007. 264 f. Tese (doutorado

em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

Recebido em: 07/09/2012
Aprovado em: 15/10/2012